

Tempo e historicidade em narrativas acadêmicas sobre informação e Ciência da Informação

Denise de Oliveira ^{I, II}

<https://orcid.org/0000-0002-9871-8541>

^I Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender as configurações do tempo nas mais diversas narrativas sobre informação e Ciência da Informação, com foco em textos acadêmicos que procuraram compreender os limites e horizontes desses conceitos ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI. O percurso metodológico baseou-se na análise do conteúdo de trabalhos produzidos por autores diversificados em perspectivas e bibliograficamente relevantes do campo – como Harold Borko, Alexander Michailov, Jesse Shera, Tefko Saracevic, Rafael Capurro, Michael Buckland, Bernd Frohmann, Birger Hjørland, entre outros –, organizados em três vertentes: produções com abordagem crítica quanto à desvalorização do passado nas concepções teórico-epistemológicas da disciplina; publicações que trataram explicitamente da questão temporal; e textos fundacionais que, embora não mencionassem diretamente o tema da temporalidade, a mobilizavam de forma implícita. A investigação demonstra que, não obstante exista uma dimensão histórica nessas reflexões que buscaram estabelecer a Ciência da Informação como um campo científico autônomo, sua análise aprofundada é frequentemente preterida em função da urgência em compreender a realidade imediata, gerando um presentismo que subordina o passado ao presente. Conclui-se, portanto, que temos uma tradição de reflexões teóricas que incorporam em suas narrativas uma teoria do progresso pouco reflexiva, postergando para um futuro ideal as respostas a questões teórico-epistemológicas colocadas como fundamentais. Propõe-se, assim, a incorporação de outras perspectivas de tempo nas produções acadêmicas da área, com menor ansiedade diante de supostas transformações radicais, maior comprometimento presente com a construção da disciplina, além de uma consciência autocrítica sobre nosso espaço de experiência, que necessariamente comporta múltiplas camadas temporais.

Palavras-chave: epistemologia da ciência da informação; historiografia; historicidade; temporalidade; presentismo

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender as configurações do tempo nas mais diversas narrativas sobre informação e Ciência da Informação, com ênfase em textos que procuraram entender e elaborar os limites e horizontes desses termos ao longo do século XX e início do século XXI e se tornaram referências bibliográficas fundamentais para uma historiografia da área. Para essa empreitada, seccionamos as discussões em três: tempo na crítica, tempo explícito e tempo implícito.

Na primeira parte, trataremos de uma vertente crítica que coloca em xeque uma certa desvalorização do passado que predominaria nas concepções teórico-epistemológicas da área e que, ademais, nos inspirou a refletir sobre temporalidades por nos aproximarmos intelectualmente de sua perspectiva. Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos de Bernd Frohmann (2004) e Gustavo Saldanha (2020), tornou-se inevitável aludirmos às ponderações de Bruno Latour (1994) e François Hartog (2013) acerca da interpretação do tempo, que possuem também, cada um à sua maneira, uma posição crítica com relação ao apagamento do passado em nome de um presente hipertrofiado e um futuro de progresso ininterrupto.

Em um segundo momento, apresentaremos dois textos que consideramos fundamentais para conectarmos as concepções de tempo e de ciência da informação em função de seus autores, Rafael Capurro (2014) e Warden Boyd Rayward (1996), enfatizarem explicitamente a questão temporal no manejo teórico dos conceitos de informação e ciência da informação. Outrossim, trata-se a nosso ver de uma preocupação um tanto ou quanto *sui generis*, haja vista essa reflexão não ser comum no contexto das disciplinas informacionais. A apresentação dessa forma explícita de abordagem, dessa maneira, servirá de contraste com as duas próximas seções, onde serão analisados textos tidos como fundacionais que aparentemente ignoraram a questão temporal em seus relatos, não obstante as defesas realizadas acionarem a todo momento – ainda que irrefletidamente – categorias do tempo como passado, presente e futuro e suas inúmeras possibilidades de associação.

Assim, nessas duas últimas seções de desenvolvimento, iremos lidar com um tempo implícito, não mencionado diretamente por nenhum dos autores mobilizados, mas presente na construção de todos esses discursos históricos que buscaram conectar, nos últimos 30 anos do século passado, elementos, atores, tecnologias e instituições de diferentes contextos em nome da consolidação de uma dita nova disciplina: a Ciência da Informação. Nesse âmbito, além da contribuição das reflexões de Paul Ricoeur (2010) – que compreende que a extensão do tempo, sua concretude, a possibilidade de seu conhecimento, se encontra nas operações que fazemos na trama de narrativas – também lançaremos mão das ideias do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), que por meio de dois de seus conceitos mais conhecidos, espaço de experiência e horizonte de expectativa, nos possibilita interligar ações e relatos do presente a um passado que delineia práticas e um futuro almejado a partir de vivências reconhecidas, todos em uma dependência recíproca.

2 Tempo na crítica: uma disciplina sem passado?

A Ciência da Informação, como campo disciplinar autônomo, é comumente associada a dois fenômenos históricos de meados do século XX: o advento da computação e a exacerbação da chamada “explosão informacional”. Segundo essa perspectiva, frequentemente aceita com poucos questionamentos, a organização do conhecimento teria passado por uma transformação fundamental nesse período, o que justificaria a criação de um campo acadêmico específico para uma reflexão inteiramente renovada, visto que práticas, técnicas e argumentos anteriores passaram a ser considerados tecnicamente limitados, supostamente por não comportarem as dimensões quantitativas, de diversas ordens, da contemporaneidade. Assim, assentado nessas premissas, consolida-se uma interpretação presentista de processos informacionais que, exposta irrefletidamente nas mais diversas narrativas, aparentemente nega relevância teórica e epistemológica às construções sociais do passado.

O historiador François Hartog denominou “presentismo” aquela temporalidade focada em uma busca de ganho imediato, que, por ter um

presente comandando narrativas e ações, ignora um passado e futuro ou ao menos produz outros tempos que não os seus, pretéritos ou vindouros, apenas na medida em que eles sirvam a um “aqui e agora” (Hartog, 2013, p. 14-15). Mas esse regime de historicidade que Hartog (2013) estabelece como característica de um mundo posterior à queda do Muro de Berlim, Bruno Latour (1994) identifica, ao menos com relação à interação com um passado, como sendo particularidade do tempo concebido pelos modernos em seus relatos e argumentos.

Bruno Latour, em sua obra *Jamais fomos modernos* (1994), defende que os discursos dos modernos têm sido marcados por uma dissociação com relação à sua práxis – e daí os modernos jamais terem sido, na prática, os modernos que aparecem registrados escrituralmente em sua Constituição. E essa premissa geral se aplicaria ao tempo. Na chamada Modernidade, teria surgido no papel, em narrativas, uma teoria do progresso esmagadora, essa forma de “[...] compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele”, como em uma caderneta de poupança em que sempre se deposita, mas nunca se retira (Latour, 1994, p. 67-68). Assim, cada suposta nova experiência passa a ser entendida como marcada por cortes e revoluções que obrigam continuamente a recomeços; como Michel Serres aponta, em um efeito Descartes narcisista – “Ninguém nunca pensou antes de mim” – que recorre à ruptura com o intuito de empreender uma expulsão dogmática (Serres; Latour, 1998, p. 49-50).

Uma crítica a esse tempo moderno ligado aos estudos informacionais vem aparecendo proficuamente em trabalhos relativos à Ciência da Informação desde pelo menos o início deste século. Bernd Frohmann (2004, p. 388, 406), ao evidenciar o fardo ideológico que existiria na ideia presentista de “era da informação”, propõe que deveríamos “[...] recuperar e repensar a preocupação dos primeiros documentalistas com as práticas documentais e situar a filosofia da informação como um, embora importante, aspecto de uma filosofia da documentação”. Dessa maneira, ao enfatizarmos práticas e documentos, concretudes que colidem com uma ideia vaga, abstrata, de informação, seria possível colocarmos nossas próprias perspectivas no tempo, atentando para “[...]”

questões de como, tanto em nosso próprio como também em outros tempos e lugares, o fenômeno da informação é construído” (Frohmann, 2004, p. 404).

Também nesse sentido de reabilitar discursivamente um passado que, na prática, nunca foi abandonado, Gustavo Saldanha (2020) defende que a narrativa do nascimento da Ciência da Informação no pós-Segunda Guerra Mundial acaba fazendo um movimento de negar a pluralidade – no mínimo, 500 anos de diversidade de discussões quanto ao livro, documento, texto, discurso, signo, mensagem, esquema, conhecimento, dado – em nome de um conceito redutor, isolando a história da área em um período histórico curtíssimo. Segundo o autor argumenta ao longo de sua obra, uma das razões pela opção dirigida a esse presente perpétuo – que abarca não somente uma abolição do passado como também uma tendência da área para um imediatismo do fazer, ou um “praticalismo imediatista” (Saldanha, 2020, p. 182) – estaria nos usos acríticos da teoria dos paradigmas de Thomas Kuhn, que propicia uma perspectiva de ruptura epistemológica em relação às construções teórico-metodológicas anteriormente estabelecidas. Dessa forma, em um “simulacro de ineditismo”, termos como documentação, bibliografia, biblioteconomia vão cedendo lugar a ditas novas categorias, como a própria “informação”, respondendo, assim, a uma demanda imediata de uma “sociedade da informação”, expressão que constitui mais um jargão do tempo – e que deveria, aliás, ser melhor contextualizada (Saldanha, 2020, p. 83; 107; 109; 199). Contudo, ao se ter em destaque um problema arcaico, que não tem nada de novo – “[...] guardar, sistematizar, sintetizar, assegurar, interpretar, preservar e prover acesso aos artefatos humanos e aos seus conteúdos” (Saldanha, 2020, p. 190) –, o passado vem à luz a todo o momento, como demonstra a nomenclatura anglo-saxônica *Library and Information Science* (LIS): “Não podendo assumir por inteiro um novo paradigma, anulando os seus antecedentes, os epistemólogos da informação reúnem, na década de 1960 [...] os termos *Library* e *Information Science*” (Saldanha, 2020, p. 126), o passado e o presente.

Em suma, o que esses autores defendem, de fato, é que o que os pesquisadores informacionais modernos destroem no discurso, conservam na prática, como afirmaria Latour (1994). Mas podemos ir um pouco além aqui:

nem mesmo no discurso é possível destruir a realização das configurações do tempo, pois toda operação narrativa carrega consigo uma experiência temporal (Ricoeur, 2010) composta de um acúmulo de saberes e vivências, além das expectativas daí engendradas (Koselleck, 2006), tenham os enunciadores consciência disso ou não.

3 Tempo explícito: a temporalidade como objeto de análise

O que acontece quando o tempo deixa de ser apenas um pano de fundo e passa a ocupar o centro de uma análise conceitual ou historiográfica? Em um campo no qual a historicidade tende a aparecer de modo secundário, implícito ou instrumental, poucos autores acabam assumindo a temporalidade como objeto deliberado de reflexão. Entre essas exceções, destacam-se duas abordagens bastante distintas que, a despeito de origens teóricas e metodológicas diversas, convergem na proposição explícita de categorias como passado, presente e futuro para pensar a informação e a própria Ciência da Informação. A raridade desse gesto no interior da área justifica a aproximação entre perspectivas e contextos tão díspares como são as de Rafael Capurro e Warden B. Rayward, não por afinidade, mas justamente pelo esforço incomum de ambos, nos textos selecionados, de colocar o tempo em questão.

No texto *Passado, presente y futuro de la noción de información*, publicado em 2014, Capurro busca empreender uma investigação histórica do conceito de informação, ao estilo de um geólogo ou arqueólogo. Esse trabalho genealógico é visto pelo autor como voltado para o futuro, ao mesmo tempo em que se deveria olhar, no presente, em direção ao passado, em uma espécie de retroalimentação temporal. O objetivo é entender por que conceitos como “informação” adquiriram tanta relevância, indagação que se torna necessária quando o intuito é conseguir concebê-los no futuro (Capurro, 2014, p. 112). Sua preocupação, de fato, é fazer uma “revisão histórica”, apontando “[...] possíveis caminhos do futuro *enquanto* nos encontramos diante de uma sociedade que se caracteriza como uma ‘sociedade da informação’” (Capurro, 2014, p. 113, grifo nosso).

Esse sentimento de provisoriedade é desdobrado a partir das mobilizações empreendidas por Capurro quanto às categorias do tempo: passado, presente e futuro. Nesse sentido, o passado é visto como uma bifurcação entre a Idade Média e a Modernidade, quando um sentido objetivo da informação (“dar forma a algo”) teria cedido lugar a uma acepção subjetiva (“comunicar algo a alguém”). O presente de Capurro (2014), por outro lado, começa na origem mais comum atribuída à Ciência da Informação, o pós-Segunda Guerra Mundial, quando ele considera que o moderno conceito de informação é substituído por uma nova forma de objetividade. O responsável por essa fundamental quebra temporal teria sido Claude Shannon, que distanciara as concepções de informação e mensagem do contexto epistemológico da antiguidade e medievo e da modernidade, abrindo “[...] perspectivas para um uso objetivo ou formal desses conceitos, deixando explicitamente de lado os aspectos semânticos e pragmáticos que são característicos dos sistemas psíquicos e sociais nos quais é baseado no uso moderno comum deste termo” (Capurro, 2014, p. 121). Tratava-se, sem dúvida, de um acúmulo de experiências, sendo o presente – compreendido de uma forma mais extensa, ocupando toda a metade final do século XX e o início do XXI – uma síntese das discussões que se desenrolaram em dois passados, composta, portanto, de “aspectos subjetivos modernos” e “aspectos objetivos subjacentes na tradição pré-moderna” (Capurro, 2014, p. 124).

Finalmente, Capurro (2014) conclui seu artigo com a previsão de que, em um intervalo temporal mais reduzido que em transições anteriores (aproximadamente meio século), já estaria ocorrendo a passagem para uma nova era. Segundo o autor, o futuro se encontra em uma abordagem simultaneamente tradicional e inovadora perante a informação, resultante da acumulação de práticas e concepções precedentes, porém agora fundamentada por uma perspectiva ética.

Rayward (1996), em seu esforço de apresentar algumas reflexões sobre a história e a historiografia da área até o momento (isto é, 1996), apresenta uma conexão passado-presente-futuro mais implícita ao revisar a configuração das temporalidades nas construções historiográficas de diversos autores ligados à

Ciência da Informação. Enquanto por um lado é possível vislumbrar uma história da disciplina que vai além dos propalados últimos 50 anos, quando, por exemplo, ela é construída também em torno de áreas que a antecederam, como Bibliografia, Documentação, Informação Científica e Recuperação da Informação, por outro, há a defesa de seu surgimento apenas no pós-Segunda Guerra Mundial – afinal, tratava-se de um “produto da revolução do computador” (Rayward, 1996, p. 4). Por vezes, dependendo do analista, ainda é possível diferenciar, segundo o autor, a disciplina, Ciência da Informação, da informação em si, esta, sim, possuindo uma história mais longa, que pode ser remetida ao século XV. Na realidade, a ambivalência quanto ao alegado nascimento de uma ciência da informação a colocaria entre um passado, associado à biblioteca, e um presente totalmente desprendido do passado, relacionado ao computador, ao passo que caberia ao futuro a resposta para tamanha imprecisão: em um horizonte de expectativa, “[...] o que chamamos de ‘ciência da informação’” poderia “[...] ser simplesmente um ponto de partida intelectualmente *a caminho* de outra coisa” (Rayward, 1996, p. 8, grifo nosso).

Assim, de acordo com Rayward, as compreensões costumam focalizar a dificuldade de se encaixarem “[...] diferentes peças históricas quando há pouca ou nenhuma estrutura comum de discussão”, ou seja, o que predomina é a sensação de um espaço de experiência reduzido. Nesse sentido, faltaria, hoje, uma “[...] infraestrutura disciplinar que une, liga e ordena – publicações, índices, biografias, departamentos acadêmicos, conferências [...]” (Rayward, 1996, p. 8). Tal desorientação, na realidade, residiria nas inúmeras construções recentes que obrigariam amiúde o historiador da informação a ver práticas e concepções modificadas no tempo como uma ruptura com relação ao passado, resultado da elaboração de todo um *corpus* conceitual novo. Contudo, se termos como “gestão”, “informação”, “ciência da informação” estariam no horizonte da novidade, ao mesmo tempo, eles teriam seu lado arcaico haja vista que “[...] todas as sociedades desenvolveram suas próprias formas distintas de gerenciar a informação” (Rayward, 1996, p. 11).

Para dirimir essa confusão temporal, que desorienta e paralisa, o autor aponta para um caminho em que a concepção de duração joga um papel

decisivo. Isso porque, seguindo a periodicidade proposta pelo historiador Fernand Braudel nos anos 1950, diferenciar uma longa duração – ligada a estruturas, construídas em séculos – de uma média – associada a tempos sociais, a conjunturas – e de uma curta – que reside em uma escala pessoal, da ordem dos eventos – pode ser uma forma consciente de o pesquisador da informação ordenar temporalmente seu estudo historiográfico, apreendendo “[...] historicamente o passado recente, por assim dizer, por mais importante que seja, mas ver além dele questões e problemas mais profundos que, indo mais longe, permitirão uma compreensão mais geral” (Rayward, 1996, p. 15). Nessa perspectiva, estudos informacionais relativos a épocas mais remotas, da antiguidade ao século XVII, tornam-se não apenas possíveis como também desejáveis, dependendo do horizonte de assimilação que o historiador da informação quiser abarcar.

Assim, Capurro (2014) e Rayward (1996) colocam a questão do tempo e da historicidade em destaque – ainda que em perspectivas diferentes, filológica e historiográfica, respectivamente –, enfatizando, cada um a seu modo, a importância da temporalidade para a construção de uma compreensão contextualizada da informação. No entanto, essas análises se tornam formas *sui generis* de apreender as diversas questões que nosso campo suscita, levando em consideração que dificilmente essa conexão tempo-informação-ciência da informação é concebida tão explicitamente. Não obstante, defendemos que a perspectiva temporal, ainda que de forma implícita ou não deliberada, manifestaram-se efetivamente nos meandros subjacentes às diversas narrativas elaboradas sobre a informação e a Ciência da Informação durante a segunda metade do século XX.

4 Tempo implícito, 1: sociedade, tecnologias e o papel da informação

Como se mobiliza o tempo para demarcar uma disciplina acadêmica considerada nova? Ao que parece, raramente se fala dele, como ocorreu nos dois casos anteriores, mas ele está ali o tempo todo. A temporalidade, ou interpretação sobre o tempo, constrói pontes entre artefatos, pessoas e contextos, orienta

seleções, decisões, ações e entendimentos e ressalta algumas questões enquanto omite outras, impondo, ou favorecendo, perspectivas diferentes, dependendo da ênfase temporal (consciente ou inconscientemente) escolhida.

Assim, para finalizar esta jornada textual, nesta seção e na próxima, iremos colocar a narrativa de distintos autores do século XX associados ao campo da Ciência da Informação, com suas distintas abordagens (ou distintos “paradigmas”, como muitos preferem), no tempo – ou melhor, apreender o tempo a partir dessas múltiplas narrativas. Diferentemente de Capurro (2014) e Rayward (1996), não há alusão a categorias temporais ou à duração nos textos que serão citados a seguir, mas a configuração do tempo não deixa de estar presente nos meandros de defesas mais ou menos entusiásticas que buscaram demarcar o que significava, ou deveria significar, informação e uma ciência da informação – de Harold Borko, em 1968, a Birger Hjørland em 2000, passando pelos russos Alexander Mikhailov, Arkadii Chernyl e Rudzhero Gilyarevsky, em 1969, e Jesse Shera e Donald Cleveland, em 1977; em suma, autores selecionados por serem considerados atores relevantes para o desenvolvimento científico da Ciência da Informação, atuando nos diferentes contextos que comportaram esse processo, dentro do recorte temporal destacado (Pinheiro, 2005, p. 16, 18, 22 e 27).

O papel social da Ciência da Informação e a importância da circulação ordenada e racionalizada da informação na sociedade, no presente de diferentes tempos e espaços, por vezes encontraram ressonância em práticas e instituições do passado nas diegeses do campo. Assim, Mikhailov, Chernyl e Gilyarevsky (1969) amenizaram a questão da dita explosão da informação, apontando que essa tão acentuada novidade pôde ser vista em momentos mais remotos da história, não sendo uma excepcionalidade de seu próprio presente. Dessa forma, segundo os autores soviéticos, o imenso volume de conhecimento preservado na biblioteca do rei assírio Ashurbanipal, no século VII a.C., e na Biblioteca de Alexandria demonstraria, guardadas as devidas proporções, que essa percepção de expansão desmensurada não era uma novidade vivida naquela atualidade (Mikhailov; Chernyl; Gilyarevsky, 1969).

Igualmente, Shera e Cleveland (1977, p. 249) defenderiam, um pouco mais tarde, uma continuidade histórica com relação ao aparecimento de uma ciência da informação, um “emaranhado de muitos fios entrelaçados” que perpassaria séculos de necessidade de “organizar os registros da aventura intelectual humana” e patrocinar o acesso ao seu conteúdo. Não obstante, Borko (1968), apesar de ainda ver utilidade em mídias e instituições tradicionais, tais como escolas, bibliotecas, conferências, livros, filmes, televisão e revistas, sustentava que elas não eram mais capazes de absorver, naquele contexto, todas as exigências informacionais relativas a difusão e acesso; isso, por serem “[...] inadequadas para atender as necessidades de comunicação da sociedade atual” devido ao “enorme crescimento da ciência e tecnologia e o ritmo acelerado em que *novos conhecimentos* se tornam disponíveis e *os antigos se tornam obsoletos*” (Borko, 1968, p. 4, grifo nosso).

Nesse sentido, minimizando as experiências do passado ou valorizando-as, a percepção era que o tempo passava rápido demais – ou os elementos se multiplicavam de forma inédita em seu interior. Mikhailov, Chernyl e Gilyarevsky (1969) elencam, por exemplo, as características do estágio atual de desenvolvimento da ciência e tecnologia, evidenciando um maior investimento e participação político-social no que tange ao assunto, rápido crescimento de gastos materiais e intelectuais, menor tempo que transcorria entre uma descoberta científica e sua aplicação prática e rápido aumento de problemas relacionados às missões espaciais características daquele final dos anos 1960. Mais de duas décadas depois, em outro contexto, Tefko Saracevic (1996, p. 54) também atribuiria à velocidade do tempo a razão pelas pressões que a Ciência da Informação sofria naquele fim de século: de um lado, as relações interdisciplinares em franca mudança, e de outro, o “imperativo tecnológico” e a “evolução da sociedade da informação [...] em aceleração”.

Dessa maneira, de Nicholas J. Belkin e Stephen E. Robertson, em 1976, a Gernot Wersig, já em 1993, o presente, quando relacionado à informação, era visto como fruto de uma evolução que desembocou em “[...] uma mudança do papel do conhecimento para indivíduos, organizações e culturas” – em função de uma fragmentação não apenas do mundo científico, mas também da

sociedade (Wersig, 1993, p. 230) – e em um sentido novo de responsabilidade, agora concernente à transmissão de conhecimento para todos aqueles que dele necessitavam (Belkin; Robertson, 1976). Por conseguinte, Wersig (1993, p. 233) argumentaria que a Ciência da Informação deveria ter como objetivo ser um esteio diante da desintegração do conhecimento, cuja confusão, “[...] sob a formação da sociedade pós-moderna”, tenderia a piorar em pouco tempo. Portanto, auxiliar pessoas em geral com relação ao acesso à informação seria a chave para a disciplina se tornar mais legítima socialmente no futuro. Quase 20 anos antes, Norman Roberts (1976) também defendera que o futuro da área com respeito ao seu papel na sociedade estaria em seu espraio em direção a um trabalho prático para necessidades sociais gerais, devendo-se abandonar o foco na comunidade científica, que vigorava em sua época, caso não se quisesse cair na irrelevância.

Outro risco para o futuro, desta vez apontado por Saracevic em 1996, estaria no choque entre os atores do que ele chama de cadeia ecológica informacional, composta de produtores de conhecimento, instituições, financiadores, editores, canais de divulgação, bibliotecas e serviços de informação, além dos usuários. As razões desse conflito residiriam nas incompreensões mútuas e possíveis ruídos na comunicação, ao que deveriam ser acionadas, com a intervenção do cientista da informação, formas de “propiciar maior grau de compatibilidade” (Saracevic, 1996, p. 59 e 42). Nesse contexto, o autor aponta para o papel das modernas técnicas nessa intermediação, afinal, o novo mundo tecnológico criara não somente a informação como também essa sociedade da informação.

Em vista desse protagonismo dispensado às tecnologias, o mesmo Saracevic (1996, p. 42) se propõe a retomar em sua narrativa o passado das técnicas informacionais – um passado, segundo ele mesmo, marcado pela “incipiência”. De acordo com o autor, nos anos 1940, o engenheiro Vannevar Bush, ao identificar o problema da explosão informacional, buscou utilizar as “[...] incipientes tecnologias da informação para combater o problema”, dando um passo ainda adiante ao criar o memex. Ao recuperar esse episódio, Saracevic colocava o seu presente diante de um passado inferior, mas ao mesmo tempo o

valorizava devido à ideia de que “[...] exemplos históricos podem ilustrar a marcante evolução de sistemas, técnicas e/ou máquinas utilizados para recuperação da informação” (Saracevic, 1996, p. 44), cujo destino era o paulatino aprimoramento – afinal, “*ainda* estamos engatinhando” (Saracevic, 1996, p. 55, grifo nosso).

Wersig (1993), na mesma década, também enfatizaria o passado das técnicas de informação ao apontar a invenção de Gutenberg como o ponto inicial de um processo que oscilaria entre a personalização do conhecimento, com mais pessoas escrevendo suas ideias pessoais, apresentando-as a outras pessoas, e sua despersonalização, engendrada dos processos tecnológicos de massa difundidos a partir do século XIX, que propiciaram uma circulação e uso de informação cuja tônica estava em uma desconsideração com relação à autoria do conhecimento em evidência. Segundo o autor, o impasse dessa despersonalização se agravaria com os novos processos maquinicos, que estariam tornando o conhecimento ainda mais complexo, paradoxalmente, “[...] devido ao advento de todas as tecnologias destinadas a reduzir a complexidade do conhecimento” (Wersig, 1993, p. 232-233).

Por outro lado, Hjørland, já no ano 2000, apontaria que as novas ferramentas tecnológicas teriam sido as causadoras, no presente, de um apagamento do passado com relação não apenas à preterição de termos antes mais utilizados como “documento” e “documentação” em nome da “informação” (mais ligada à “revolução do computador”), mas igualmente às técnicas de organização do conhecimento passadas:

[...] as novas tecnologias muitas vezes ignoraram o conhecimento existente (por exemplo, as regras de Cutter de 1876) e posteriormente reinventaram esse conhecimento. (Também hoje algumas pessoas que trabalham com bibliotecas digitais se propuseram a construir uma ‘mudança de linguagem’ sem conhecimento das experiências e pesquisas já feitas sobre este assunto) (Hjørland, 2000, p. 512).

5 Tempo implícito, 2: de histórias instrumentais a imaginações de futuro

A relação da Ciência da Informação com um passado disciplinar foi enfatizada no final dos anos 1960 por Mikhailov, Chernyl e Gilyarevsky (1969), que viam

as atividades de informação de cientistas (para eles, os focos como usuários da informação) como historicamente, por milhares de anos, realizadas em bibliotecas. No entanto, nem por isso os autores soviéticos deixavam de enxergar na chamada Informática uma novidade com relação à Biblioteconomia e à Documentação, apesar de todo o crédito que eles concediam ao passado em termos de legado de práticas e conhecimentos. Como apontado anteriormente, toda a diferença estava na velocidade da evolução daquele presente. E era por essa visão positiva, ou pelo menos neutra, do passado – que não imputa uma inferioridade a ele com relação a um presente em tudo superior, como o faz Saracevic (1996), que apreende que os campos ligados à informação percorreram uma linha evolutiva e a Ciência da Informação se encontrava em um ponto mais avançado – que os russos esperavam do futuro uma maior interação entre a Biblioteconomia e os trabalhos informacionais.

Shera e Cleveland (1977, p. 258) aparentemente também seguem o mesmo caminho ao apresentar um “histórico” da Ciência da Informação remetendo ao passado da Bibliografia moderna e da Documentação, com a justificativa de que o “[...] problema da informação não era novo e já era um fato da vida de uma forma ou de outra há muito tempo”. No entanto, suas expectativas para o futuro estão imbuídas de um sentido temporal linear-evolutivo, que de certa forma, assim como Saracevic, relega o passado à condição de estágio inferior, já ultrapassado pelo avanço progressivo da disciplina. Assim, os autores americanos, ao mencionarem a questão das definições que circunda as discussões sobre informação e Ciência da Informação, argumentam que os pesquisadores informacionais não deveriam se prender tanto a elas, pois, à “[...] medida que acumulamos conhecimento sobre o fenômeno da informação e compreendemos mais as atividades do campo da Ciência da Informação, uma definição *evoluirá por processos naturais*” (Shera; Cleveland, 1977, p. 266, grifo nosso), discurso que evidentemente não busca extrair da narrativa histórica mais que uma contextualização protocolar, limitando-se a apresentar os antecedentes de um processo evolutivo.

Em um plano bem diferente está Michael Buckland, que afirmava, em 1997, que as discussões relativas ao documento digital em seu presente, para

não se tornarem problemas insolúveis, necessitavam das reflexões do passado, especialmente daquelas relacionadas às contribuições dos documentalistas Paul Otlet e Suzanne Briet (Buckland, 1997). Diversamente, na mesma década, Wersig (1993) defendia que, por se tratar de uma nova ciência, ou ciência pós-moderna, a Ciência da Informação deveria se afastar de uma tradição informacional e de disciplinas clássicas correlatas. O passado e o presente, para ele, eram incomensuráveis, pois aquele era visto como estático, incapaz de lidar com o caos da pós-modernidade. Contudo, se a comparação era impossível, a comunicação entre um e outro era desejável, desde que realizadas as devidas atualizações.

Nesse sentido, Wersig (1993, p. 237) propunha uma transformação do antigo em novo via trabalho interconceitual, ou seja, a partir do que ele denominou “interconceitos”, que seriam conceitos bastante genéricos e familiares que estariam presentes em muitas disciplinas, não possuindo um domicílio científico. O trabalho a ser realizado, ligando e ao mesmo tempo expurgando as chamadas disciplinas tradicionais, era absorver “[...] os materiais orientados para o foco das disciplinas” e reestruturá-los “dentro da estrutura científica da informação” (Wersig, 1993, p. 238). Assim, a Ciência da Informação, no futuro:

[...] não terá uma teoria, mas uma estrutura de conceitos ou modelos científicos amplos e conceitos comuns reformulados que se entrelaçam sob dois aspectos: como eles se desenvolveram e como eles puderam ser reunidos do ponto de vista do problema do uso do conhecimento em condições pós-modernas de informatização (Wersig, 1993, p. 328-329).

Quanto a esse ponto vista, Saracevic provavelmente estaria de acordo. Para ele:

[...] muitos dos conceitos acerca desses aspectos, humanos e comportamentais, que constituem a base sobre a qual são planejadas as aplicações tecnológicas, não funcionam mais. Então, a síntese final indica, não um conflito, mas uma necessidade de equilíbrio (Saracevic, 1996, p. 55).

Curiosamente, a preocupação teórico-epistemológica era dirigida, constantemente, em diversas narrativas, para o futuro. Mikhailov, Chernyl e Gilyarevsky (1969, p. 13-14), por exemplo, admitiam que a Informática era um campo sem método especial, assim como outras ciências novas – para os pesquisadores soviéticos, aliás, mesmo as “[...] ciências tradicionais estão agora enfrentando dificuldades semelhantes decorrentes da integração das ciências”. Mas a esperança era que, para essa nova ciência, ou disciplina (a denominação correta não era clara), se estabelecessem uma “lei fundamental” e um princípio ou teoria que permitisse “a explicação de uma pluralidade de fatos” (Mikhailov; Chernyl; Gilyarevsky, 1969, p. 12). Nesse sentido, Roberts (1976) também desejava um consenso dessa envergadura, que delimitasse melhor o escopo da Ciência da Informação. Com relação a consensos, a propósito, Shera e Cleveland (1977, p. 264) afirmavam que somente havia um até aquele momento: “[...] se a ciência da informação deve ser aceita como uma disciplina acadêmica, então ela deve encontrar uma base teórica forte e, claramente, tal base deve ser estruturada em torno de algumas noções consistentes de informação”. Saracevic (1996, p. 56) ia além, ao prognosticar uma situação de barbárie se os avanços técnicos não fossem acompanhados por uma disciplina da informação com “objetivos claros”, diferindo de sua realidade atual, quando imperavam “conceitos indefinidos” e “filosofia nebulosa”.

Em 2000, Hjørland também se mostrava preocupado com a orientação teórica da Ciência da Informação em consonância com uma construção para seu futuro. Um dos pontos destacados pelo estudioso dinamarquês dizia respeito ao presentismo que dominava a área, marcado pela impaciência e ansiedade de solucionar problemas reais do aqui e agora:

Embora seja inaceitável tentar resolver os problemas humanos o mais rápido possível, em tal pressa há uma tentação considerável de reivindicar um nível de compreensão que não pode ser sustentado: muitas vezes resulta em um desdém pelo pensamento crítico e pela teoria (Hjørland, 2000, p. 513).

Ao mesmo tempo, para o autor, para se colocarem a informação e as atividades informacionais em uma perspectiva teórica, o primeiro passo seria

olhar para o passado e refletir sobre nossa condição temporal, já que “[...] é muito importante ter uma perspectiva histórica das tradições de pesquisa e olhar a si mesmo como parte de um desenvolvimento histórico” (Hjørland, 2000, p. 514). Assim, aos estudantes de LIS (essa mistura de passado e presente que representa a denominação inglesa *Library and Information Science*), Hjørland aconselhava: “[...] devem perguntar-se: Quem são as três maiores teorias vivas em nosso campo hoje? [presente]. Quem fez avanços fundamentais em nossa disciplina? [passado] Quais tendências e perspectivas filosóficas interdisciplinares parecem mais promissoras? [futuro]” (Hjørland, 2000, p. 514).

6 Considerações finais

Reflexões que procuram compreender as formas sociais de conceber o tempo e relacionar suas categorias não são trivialidades abstratas, insignificantes na prática. Pelo contrário, as ações, as vivências, os cotidianos são delimitados, também, pelo peso e relação que estabelecemos entre passado, presente e futuro. O século XX está repleto de exemplos em termos de políticas públicas, a começar pela terrível política de extermínio do governo nazista, que, alicerçado em uma eugenia radical, sacrificou milhões de vidas em seu presente para garantir uma suposta pureza racial no futuro. Nesse mesmo período, entre os anos 1930 e 1940, esse futurismo que vinha a reboque de teses eugênicas foi igualmente um dos pilares de políticas culturais do Estado brasileiro, balizando a finalidade e *modus operandi* de bibliotecas, museus, arquivos, filmotecas e discotecas, cujos trabalhos tendiam a assimilar um passado estático e subserviente em nome da construção de uma “raça” brasileira civilizada em termos culturais no futuro.

Em mundos práticos como esses, raramente se citam as concepções de tempo, ou se tenta compreender a questão da temporalidade, mas elas estão presentes e acabam se tornando decisivas no contexto de tomadas de decisão. As duas últimas seções deste artigo foram as mais desafiadoras em termos analíticos exatamente em função dessa implicitude no plano locutório – foram precisos diversos esquemas, cruzamentos e leituras atentas, sempre em busca de marcas do tempo que, encobrendo-se nas narrativas, hierarquizam questões,

tecnologias, formas de conhecimento e grupos sociais. Esse exame resultou em quatro grandes temas concernentes ao delineamento da historicidade da construção da Ciência da Informação ao longo da última metade do século passado: seu compromisso frente à sociedade, juntamente com o papel social da informação; sua relação com tecnologias de informação e comunicação; a delimitação ou incorporação disciplinar que se deveria empreender; e as questões teórico-epistemológicas que esse empreendimento disciplinar suscitava.

A partir dessas análises, podemos formular algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, em resposta à questão norteadora que impulsionou nossa investigação (“uma disciplina sem passado?”), constatamos que, sim, as narrativas efetivamente incorporam significativamente dimensões do passado. A questão central reside no fato de que sua análise fundamentada e metodologicamente consciente – conforme proposto por Rayward – acaba sendo preterida em decorrência de uma precipitação na tentativa de apreender os fenômenos imediatos: o tempo passa tão rápido (novas técnicas e tecnologias, novas demandas, nova sociedade) que seria uma perda de tempo se deter cuidadosamente em um passado-passado (ou seja, que a princípio não tem ou tem muito pouca relação com o presente). No máximo, ele é retomado apressadamente para servir ao presente, que lhe é, obviamente, superior – o presentismo de Hartog (2013). Nesse sentido, o horizonte de expectativa – ou seja, o presente-futuro – se apresenta paradoxalmente em uma visão ora positiva – baseada na teoria do progresso que determina que hoje é melhor que ontem e amanhã será melhor que hoje – ora negativa – se não se adotarem determinadas medidas, esse “melhor” não se tornará realidade.

Consequentemente, as tecnologias também acabariam sendo desdobradas, a partir desse *crescendo* acelerado e linear, em um sentido de urgência que impede uma compreensão de máquinas antigas dentro de seu contexto, quando elas eram novidades, “revoluções”. Porque, se um presentismo nos impele a ver o computador como uma realização revolucionária, em contraposição a técnicas prévias, “analógicas”, incipientes (nas palavras de Saracevic (1996)), uma base empírica contextualizada historicamente pode nos

levar a outras “revoluções” presentes em relatos de outros tempos. Ou a escrita, a fonografia mecânica e a cinematografia, para citarmos algumas, também já não foram consideradas recursos técnicos que mudaram completamente outros contextos? Por que seria diferente? Por que seria melhor? A nosso ver, essas perguntas precisam ser respondidas com fundamentação teórico-empírica, não baseadas em teorias do progresso implícitas e irrefletidas.

Por conseguinte, outro ponto identificado diz respeito exatamente a esse possível diálogo com o que se acredita já superado. Como no caso de Mikhailov, Chernyl e Gilyarevsky (1969), quando a visão do passado não é negativa ou linear-progressiva, levanta-se a possibilidade de interação com o considerado anterior, antigo, pois ele deixa de ser abordado como mero ornamento que alimenta, como afirmou Serres, a ideia narcisista de que seríamos melhores e mais avançados. Dessa maneira, o que estamos defendendo é que o progresso não é uma forma natural do tempo, como Shera e Cleveland (1977) sugeriram, e, sim, uma ideia socialmente construída; e deveríamos assim concebê-lo em nossas argumentações e análises.

Esse progressismo temporal intuitivo, tomado como dado, de que pouco se fala e pouco se reflete, também acaba obstruindo as próprias perspectivas de concretização conceitual da informação e da Ciência da Informação nas narrativas aqui enfatizadas. Nesse contexto, não apenas o presente se torna hipertrofiado como também o futuro, ao menos no que diz respeito a questões teórico-epistemológicas, que acabam se convertendo em elementos principais dentro do horizonte de expectativa dos pesquisadores da área. Isso porque, devido a uma sensação de espaço de experiência reduzido (haja vista que se foca em um presente presentista, com um passado que lhe é apenas submisso), todo o ideal de consolidação da disciplina termina por ser lançado para frente, dando origem a um padrão narrativo, evidente em vários dos textos aqui analisados, que preconiza que se trata de uma disciplina sempre em vias de amadurecimento: no futuro teremos uma teoria, uma lei, uma metodologia, reconhecimento social.

Assim, com essa reflexão, nosso intuito foi levantar a possibilidade de partirmos conscientemente de outras óticas com relação às temporalidades que

acionamos em nossos relatos. Talvez menos precipitados, com menor ansiedade quanto a supostas mudanças radicais, consigamos nos desprender dessa teoria do progresso furtiva da qual nossas narrativas muitas vezes estão eivadas sem nos darmos conta. Porque, ao fundamentarmos nossas assertivas em uma concepção mais ampla de espaço de experiência, abrangendo nelas as mais distintas vivências em termos espaço-temporais, também poderemos assumir, no presente, a responsabilidade pelo futuro de nossa disciplina, abandonando a ideia de que forças naturais do tempo determinarão nossos caminhos. É este o momento para o estabelecimento, mediante postura ativamente reflexiva e autocrítica, de construções narrativas alternativas, caracterizadas pela complexidade e sobreposição de múltiplas extensões temporais.

Agradecimentos

Agradeço à professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, pela sabedoria acumulada em sua vasta trajetória no campo, sempre compartilhada com generosidade, gentileza e abertura para com seus alunos. Tive a honra de vivenciar essa experiência em 2022, na disciplina “Perspectivas da Ciência da Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), ministrada também pelo professor Gustavo Silva Saldanha, a quem agradeço imensamente pela capacidade intelectual e docente de instigar novas perspectivas para a Ciência da Informação. Do diálogo com ambos os professores, resultou o fortalecimento da convicção de que Ciência da Informação e História não são escolhas acadêmicas mutuamente excludentes.

Referências

- BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, New Jersey, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BUCKLAND, Michael K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199709\)48:9<804::AID-ASI5>3.0.CO;2-V](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199709)48:9<804::AID-ASI5>3.0.CO;2-V). Acesso em: 20 ago. 2025.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-136, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2014v1n1.p110-136>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, Baltimore, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HJØRLAND, Birger. Library and information Science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing and Management**, Amsterdam, v. 36, n. 3, p. 501-531, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(99\)00038-2](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(99)00038-2). Acesso em: 20 ago. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.

MIKHAILOV, Alexander; CHERNYL, Arkadii; GILYAREVSKY, Rudzhero. Informatics: its scope and methods. In: FID (The Hague). Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. **On theoretical problems of informatics**. Moscou: VINITI, 1969.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005.

RAYWARD, W. Boyd. The history and historiography of information Science: some reflections. **Information Processing & Management**, Amsterdam, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(95\)00046-J](https://doi.org/10.1016/0306-4573(95)00046-J). Acesso em: 20 ago. 2025.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROBERTS, Norman. Social considerations towards a definition of information Science. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 32, n. 4, p. 249-257, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb026627>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SALDANHA, Gustavo. **Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica**. Rio de Janeiro: IBICT, 2020.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SERRES, Michel; LATOUR, Bruno. **Conversations on Science, culture, and time**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald, B. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, New York, v. 12, p. 249-275, 1977.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(93\)90006-Y](https://doi.org/10.1016/0306-4573(93)90006-Y). Acesso em: 20 ago. 2025.

Time and historicity in academic narratives about information and Library and Information Science

Abstract: This article examines the various configurations and uses of time in academic productions concerning information and Library and Information Science, focusing on texts that sought to understand the limitations and horizons of these concepts throughout the second half of the 20th century and early 21st century. The methodological approach was based on content analysis of works produced by authors diverse in perspectives and bibliographically relevant to the field – such as Harold Borko, Alexander Michailov, Jesse Shera, Tefko Saracevic, Rafael Capurro, Michael Buckland, Bernd Frohmann, Birger Hjørland, among others – organized into three strands: productions with a critical approach regarding the devaluation of the past in the theoretical-epistemological conceptions of the discipline; publications that explicitly addressed the temporal question; and foundational texts that, although not directly mentioning the theme of temporality, mobilized it implicitly. The investigation demonstrates that, despite the existence of a historical dimension in these reflections that sought to establish Library and Information Science as an autonomous scientific field, its in-depth analysis is frequently overlooked due to the urgency to understand immediate reality, generating a presentism that subordinates the past to the present. It is concluded, therefore, that we have a tradition of theoretical reflections that incorporate into their narratives a minimally reflective theory of progress, postponing to an ideal future the answers to theoretical-epistemological questions posed as fundamental. Thus, it is proposed to incorporate new time perspectives in the field's academic

productions, with less anxiety regarding supposed radical transformations, greater present commitment to field construction, and a critical consciousness about our space of experience, which necessarily encompasses multiple temporal layers.

Keywords: library and information science epistemology; historiography; historicity; temporality; presentism

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Denise de Oliveira

Coleta de dados: Denise de Oliveira

Análise e interpretação de dados: Denise de Oliveira

Redação: Denise de Oliveira

Revisão crítica do manuscrito: Denise de Oliveira

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Autoria para correspondência

Denise de Oliveira

denise.deoliveira.historia@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

OLIVEIRA, Denise. Tempo e historicidade em narrativas acadêmicas sobre informação e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-146668, 2025. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.146668>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.146668A>

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.146668B>

Recebido: 31/03/2025

Aceito: 04/08/2025

